

PLENÁRIO NACIONAL DE PROFESSORES E EDUCADORES

CAMPO PEQUENO – LISBOA, 12 MARÇO 2011

Colegas e Amigos presentes neste Plenário Nacional

Esta é uma primeira e exemplar resposta dos professores e educadores portugueses à maior ofensiva jamais desencadeada contra a Educação em Portugal. Um ataque que é desferido pelo governo e que põe em causa a qualidade da Educação, alguns dos principais pilares da Escola Pública e dos profissionais que nela intervêm, em particular os profissionais docentes, na sua estabilidade, nos seus direitos, nos seus salários, no seu emprego e, por tudo isso, é justo e verdadeiro afirmar, na sua vida!

Mas antes de ir ao encontro das questões e dos problemas da Educação, uma palavra para um problema mais geral, global e actual: Portugal atravessa um momento muito complicado e de grande crise que, contudo, não é para todos. Como confirmámos esta semana, os ricos de Portugal estão mais ricos, alguns até subiram no ranking mundial, aumentaram em número, isto enquanto também a banca viu aumentarem os seus lucros, tal como os grandes grupos económicos e financeiros que conseguiram resultados próprios de tempos de vacas muito gordas.

Portanto, a crise existe, mas não é para todos. A crise existe para os mais de 750 mil desempregados, dos quais cerca de meio milhão vive do absolutamente nada; a crise existe para aqueles, cada vez mais, que recebem o salário mínimo de 485 euros brutos mensais; a crise existe para os pobres a quem roubaram o abono de família, e existe para os idosos que já não têm dinheiro para pagar os medicamentos que os mantêm vivos... a crise existe, colegas, para os jovens que não têm emprego, não têm direitos e têm salários miseráveis; para aqueles a quem roubam o presente e querem roubar o futuro. Estes jovens são os nossos filhos, os nossos alunos, os nossos colegas, são alguns dos que aqui estão. Para com eles, tanto os que estão aqui connosco, como outros que estão hoje em Lisboa a manifestar o seu protesto e a sua exigência, manifestamos daqui mais do que solidariedade disponibilidade para a luta. O que nos une na luta é a mesma causa: a natureza da política do governo, que é apoiada por alguns que, de repente, parecem preocupados com a juventude.

É nessa política que encontramos as responsabilidades pela situação que afecta a nossa juventude. E não é por acaso que alguns políticos e comentadores do regime dizem ser as gerações mais velhas as culpadas pela situação. É que, com esse discurso, desviam a atenção da verdade. O problema não é haver trabalhadores com emprego, com carreira profissional ou com salário que lhes permite viver e não apenas sobreviver. O problema é haver trabalhadores sem esses direitos! O que pretendem esses políticos e tais

comentadores não é que se reconheçam direitos a quem os não tem, querem é, isso sim, roubar a quem os tem, mesmo sendo cada vez menos. A intenção deles é que os direitos de quem trabalha se transformem em lucros e privilégios ainda maiores de quem já muito tem e tudo pode. Mas deles, porque são direitos e não privilégios, não abdicaremos! Antes os exigimos para todos.

O nosso protesto hoje é muito importante, até por se seguir ao dia em que Teixeira dos Santos anunciou um novo PEC. Um PEC que vem confirmar que, ainda em 2011, mas prolongando-se, para já, até final de 2013, as pensões continuarão congeladas e serão reduzidas até 10%, os medicamentos serão aumentados, os apoios sociais, nomeadamente no desemprego, sofrerão novos cortes, haverá mais medidas ditas de racionalização da rede escolar (leia-se, mais encerramentos, mais e maiores mega-agrupamentos), o IRC aumentará e o IRS agravar-se-á aplicando-se as medidas que, este ano, não foram aprovadas, o IVA terá normas ainda violentas ...

Perante isto é do FMI que deveremos estar aterrorizados? Ou, hoje, o que nos deve assustar é esta política, é este governo que destrói o que este país tem de melhor: o seu tecido produtivo, as suas riquezas e o seu povo? Não podemos aceitar esta rota de destruição porque se alguém está a abrir portas ao FMI é o Governo com a sua política, é José Sócrates com as medidas impostas pelos alemães.

Na Educação, a situação agravou-se, desde logo para os professores: mais precariedade, roubos mensais no salário e degradação do nível de vida, não só pela redução real do salário, mas também por aumento dos impostos, congelamento das carreiras, aumento do custo de vida, agravamento das condições para a aposentação e redução das pensões. Mas há mais: está em preparação, já para Setembro, o maior despedimento de sempre de professores, ainda que, tecnicamente, não se chame assim. Um despedimento que resulta de medidas tomadas exclusivamente para esse efeito, que têm um impacto muito negativo na capacidade de organização e funcionamento das escolas, bem como na sua matriz inclusiva, que põem em causa a qualidade educativa, que prejudicam muito os alunos e que nos causam enorme preocupação sobre o futuro do país.

Confirmação de que o único objectivo das medidas que estão a ser impostas é pôr professores na rua, foi o lamento de Isabel Alçada a propósito do chumbo das alterações curriculares: onde se vão buscar os 43 milhões de euros que não se reduzem? São 43 milhões de euros de professores e, principalmente, de professores de EVT, grupo que o governo quer dizimar, mas que tem sabido desenvolver uma importante luta, não só em defesa do emprego, mas também em defesa da sua disciplina. Afirmar, como afirmou Sócrates há dois dias, que o par na EVT é anti-pedagógico não parece ser apenas conversa, demagogia ou discurso político. É ignorância. Só por ignorância se pode afirmar o que Sócrates afirmou!

Mas são mais as medidas em marcha unicamente para provocar desemprego:

São os mega-agrupamentos e os encerramentos de escolas que, segundo o governo, só este ano permitiram reduzir 5.000 docentes. Já era intenção do governo prosseguir com tais medidas, mas é de tal ordem significativo o impacto no emprego que o governo as integrou no novo PEC, ontem anunciado, e que mereceu o visto prévio dos senhores do euromarco e a assinatura da senhora Merkl junto de quem Sócrates se destaca como o mais obediente e servil governante europeu.

É o despacho com as regras para a organização do próximo ano lectivo, com as escolas a serem simplesmente espoliadas de horas para se organizarem e desenvolverem projectos e os professores a perderem as horas para trabalho individual, passando o seu horário real a ser de 50 a 60 horas semanais.

Aliás, é esse princípio que o governo está já a aplicar com a fórmula ilegal que impôs no cálculo das horas extraordinárias. A greve que ainda está na sua fase de arranque é isso mesmo que contesta: a não consideração da componente individual de trabalho como parte integrante do horário dos professores. É grave a ilegalidade, é grave a redução de 30% do valor da hora extraordinária, é grave que esse valor ainda faça reduzir mais o vencimento-base, mas o mais grave ainda é este princípio sobre a organização do horário de trabalho ser posto em causa. Ganhámos esta batalha com Manuela Ferreira Leite e não podemos agora perdê-la agora.

Se isso acontecesse, estaria aberto caminho para, em Setembro, o nosso horário deixar de contemplar, ou passar a residual e meramente simbólica, essa componente individual. Se não lutarmos agora, se não protestarmos fazendo greve às horas extraordinárias – que não é fácil, mas é indispensável, depois de ter sido fechada, pelo ME, a via negocial – perdemos legitimidade para, no início do próximo ano escolar, reclamarmos um horário ajustado, coerente e adequado à actividade pedagógica que desenvolvemos. Vamos, por isso, assumir esta luta na escola como das mais importantes!

É que o governo e o Ministério da Educação parecem cada vez mais convencidos que podem usar e abusar da vida pessoal dos professores, nela interferindo a seu bel-prazer. Confirmou-se ontem de novo com o GAVE a estabelecer os períodos em que os professores do ensino secundário podem ir de férias, devido ao prolongamento do calendário de exames. O ME sentiu-se no direito de determinar, grupo a grupo, quando podem ser as férias dos professores, pura e simplesmente desrespeitando a vida das pessoas e a sua organização. Estamos perante um caminho absolutamente inaceitável de controlo total da vida dos cidadãos que são professores, e com isso não podemos estar de acordo. A forma como foi explicada esta imposição não deixa dúvidas: muitos directores alertaram para o facto de o calendário de exames colidir com o direito a férias dos docentes e o ME decidiu: não se mexendo no calendário de exames, mexe-se na vida dos professores... que fique o ME atento e vá pensando se terá ou não de mexer no calendário de exames... é que os professores e a sua luta a isso poderão obrigar...veremos até lá...

Mas são umas a seguir e sobre as outras: são as reduções orçamentais impostas às escolas que são públicas e às que, não sendo, prestam respostas públicas; são os ataques aos docentes, sejam eles do ensino público ou do ensino particular e cooperativo, sejam eles da educação pré-escolar ou da educação especial, ou sejam dos ensinos básico, secundário e superior; são os ataques a tudo e a todos, sem regras, sem critérios, sem respeito pela lei, sem vergonha! E corolário de tudo isto, qual cereja em cima do bolo, temos ainda a avaliação de desempenho.

Uma avaliação que, congeladas as carreiras, reduzidos os salários, anulados os concursos, despedidos os contratados, suspensas as bonificações de tempo de serviço, serve para quê que não seja para incomodar as escolas e distrair os professores? É um modelo injusto, burocrático, gerador de desigualdades, conflitos e de problemas nas escolas. É um modelo a que a esmagadora maioria dos professores não aderiu e a prová-lo estão os 40% que o ME diz terem requerido a avaliação completa. Deu esse número como correspondendo a uma grande adesão, mas retirem-se daí os professores obrigados a requererem-na por se encontrarem nos 2.º e 4.º escalões, os que estando no 6.º procuram não ficar sujeitos a vagas para progressão ao escalão seguinte e os professores contratados que são pressionados pelo concurso... encontramos, então, a verdadeira dimensão da adesão.

Por outro lado, e isso parece não ver o ME, já em cerca de centena e meia de escolas e agrupamentos foram tomadas posições críticas do modelo e exigida a sua suspensão e substituição imediata, exigência que é plenamente assumida por estes Sindicatos de Professores. O ME sabe que esta avaliação não serve e não se aplica e é por isso que não hesita em impor ilegalidades por circular, em ameaçar directores por entrevista, em afastar professores de funções, que exercem com competência, por delito de opinião. Ao colega da região centro, recentemente vítima de um processo destes, fica a nossa solidariedade, na certeza de que ser saneado por tais governantes, ainda por cima por estar ao lado dos professores, é honroso e deve orgulhar quem deles é vítima.

Perante um panorama tão mau e tão negativo, o que devemos fazer? É nossa convicção que – como emigrar não queremos, aposentarmo-nos ou mudar de vida não podemos e fugir não faz o nosso feito – só nos resta um caminho: lutar. Lutar em primeiro lugar, depois lutar e por fim continuar a lutar... e quando as forças nos faltarem, puxar das pouquinhas que ainda encontrarmos no saco azul do nosso ânimo... e lutar até que as coisas conheçam outro rumo.

Hoje ainda iremos ao Ministério da Educação. Aí nos espera o Secretário de Estado Adjunto e da Educação em representação da Ministra que, decerto, terá um qualquer compromisso social que a impede de receber os professores. Iremos entregar no Ministério a posição que aqui for aprovada e dizer-lhes, não o que nos vai a alma, mas o que nos passa pela cabeça. Entregaremos no ME a avaliação feita pelos professores aqui presentes, deixando-lhes as fichas que forem preenchidas. Verão confirmado o que pensam os professores do seu desempenho político e das medidas que têm estado a impor. E vamos ao ME para cercar e isolar o quartirão em que se situam as suas instalações,

dizendo, dessa forma, aos seus responsáveis que é cada vez maior o seu isolamento em relação aos professores, às escolas e à comunidade educativa em geral... e quando assim é, é grave e deve fazer pensar!

É precisamente com a comunidade educativa que vamos agora agir: recolher apoios, cada vez mais apoios ao Manifesto “Investir na Educação, defender a Escola Pública”. É com a comunidade educativa que iremos mobilizar e realizar, em 2 de Abril, dia do 35.º aniversário da primeira Constituição da República de Abril, uma grande Marcha em defesa da qualidade da Educação e em defesa da Escola Pública.

Será com trabalhadores de outros sectores que os professores voltarão a estar na rua, muitos já no próximo sábado, dia 19 de Março, todos no 1.º de Maio que este ano terá de ser, não uma onda, mas um tsunami de protesto e de luta. É com todos os portugueses que pretendemos defender e alargar direitos, resistir aos ataques neoliberais em curso, em suma, defender e reforçar o Estado Social. É este Estado Social que está a ser posto em causa quando são atacados aqueles que trabalham, quando são atacados os serviços públicos, quando são atacados os mais elementares direitos democráticos e de cidadania. É este Estado Social, que Abril nos ofereceu, que não queremos nem iremos perder.

No que se refere ao nosso sector a decisão dos Sindicatos é ouvir para decidir e agir. Em Setembro será seguramente tarde para impedirmos as malfeitorias que estão em preparação. É preciso que todos compreendam que para defender o emprego, o salário, a estabilidade, os direitos sócio-profissionais, a escola e a educação... para irmos a tempo de evitar o pior, é ainda este ano que teremos de fazer a luta maior. É nesse sentido que vai ser realizada uma ampla auscultação nas duas primeiras semanas do terceiro período para que sejam tomadas decisões sobre como agir até final do ano e na abertura do seguinte. Tudo estará em aberto e tudo será possível para parar este enorme ataque aos professores, enquanto trabalhadores e profissionais do ensino, aos serviços públicos, incluindo ao de Educação, ao país e à própria democracia. Sim, porque não é democrática uma sociedade em que três pessoas detêm uma riqueza máxima dos 9 mil milhões de euros, enquanto meio milhão de cidadãos vive do nada, sem acesso, sequer, a apoios sociais mínimos no desemprego e mais dois milhões vivem na pobreza... recusamos que este país se transforme num inferno de gente sem-abrigo, sem comida, sem saúde e sem futuro... e os professores sabem bem do que falam, quando falam disto, porque é com esta realidade que lidam todos os dias na escola... não é esta a democracia que o 25 de Abril nos ofereceu, porque uma sociedade destas não é democrática!

Deixamos aqui uma certeza: nós professores e educadores não iremos desistir; não desistiremos do futuro porque acreditamos nele. E é por esse futuro que se constrói no presente que reafirmamos a nossa determinação para continuarmos a luta por uma escola melhor, condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e solidária e de um país mais desenvolvido.

Vão contar connosco na luta os responsáveis por estas políticas. Contarão connosco os professores e educadores, e também os outros trabalhadores, os

desempregados, os aposentados, os cidadãos em geral que são vítimas desta governação nacional e europeia, para a construção de mudanças. É verdade que as mudanças não se constroem apenas com a força organizada dos trabalhadores, que são os Sindicatos, mas que não haja qualquer dúvida que sem eles, sem essa força organizada, excluindo-os ou agindo à sua margem não se constroem as mudanças que são precisas. Podem construir-se outras, e o governo actual tem construído muitas, mas não as que o país precisa e o seu povo anseia.

É possível a alternativa, é possível outro caminho, mas como sabemos que estes não caem do céu, vamos construí-la e vamos percorrê-lo. É o que hoje, mais uma vez, aqui estamos a fazer!

Mário Nogueira

(Porta-voz da Plataforma de Sindicatos de Professores promotora do Plenário Nacional de 12 de Março)